1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n. º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, por meio do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,95%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério da Infraestrutura, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em granéis sólidos (grãos, cereais, etc), granéis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e conteinerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

Em seguida, alguns indicadores do 4º trimestre de 2022, comparados com os indicadores do 4º trimestre de 2021.

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	**UNID/REF**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**VARIAÇÃO % 2022/2021**
RETORNO DE CAPITAL	i/1,00	0,17	0,01	1600,0%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	%/<60%	35,47	41,01	-13,51%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	%/>30%	25,31	23,10	9,57%
LIQUIDEZ CORRENTE	i/1,00	3,24	2,20	47,27%
LIQUIDEZ GERAL	i/1,00	1,57	0,35	348,57%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	%/>30%	17,27	12,97	33,15%

Destaca-se a importante participação do Porto na economia do Estado do Ceará, contribuindo, sobretudo, com a movimentação de trigo e graneis líquidos que são distribuídos por todo o estado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas do Ceará foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos/conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediantes as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Foi constituída provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, em 30/09/2022, no valor de R$ 865 (mil) e em 31/12/2022, foi complementada a provisão em R$ 501 (mil) com base nos relatórios do setor de cobrança da Coordenadoria Financeira, perfazendo o valor de R$ 1.695 (mil), utilizando os parâmetros da Lei 9.430/96 (at.9º) e Lei 13.097/2015. Vi**de Nota Explicativa 5**.

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

f) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A depreciação é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada, a qual foi revisada no fim do ano de 2022 e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g) Intangível

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e a redução ao valor recuperável, acumuladas.

h) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

i) Benefícios a empregados

A CDC é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido. Referido plano é baseado no pagamento de contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção, pela Companhia e pelos empregados participantes do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, referente ao plano, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes, partindo da utilização de método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

j) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2022	31/12/2021
Caixa/Bancos	186	303
Aplicação - BB - Fundo de Renda Fixa	39.259	25.296
Total	**39.445**	**25.599**

Ressalta-se que dos recursos disponíveis em 31/12/2022, R$ 4 (mil) são recursos provenientes da União, registrados no Banco do Brasil- agência 08-6- c/c 26.003-7.

5. CLIENTES

CLIENTES	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Receber de Usuários	8.546	4.966
Engemon	32	32
Amarena Apoio Portuário, Turismo e Reparos	9	9
JP Consultoria e Serivços Portuários EIRELI	36	32
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa.	-1.695	-328
Total	**6.928**	**4.711**

No que se refere aos Clientes, houve acréscimo no Contas a Receber de usuários no valor R$ 3.580 (três mil quinhentos e oitenta reais), provenientes de nova tabela tarifária, aumento da movimentação portuária e cobrança de serviços de scanner.

No que tange à constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa existente, segue abaixo, sua composição:

PECLD - Provisão para Perdas	31/12/2022	31/12/2021
Principais Clientes		
Amarena Apoio Portuário, Turismo e Reparos	25	0
Brasimar Serviços MaritImos Ltda	153	0
BM Recife Serviços, Reparos de Container	30	0
CDA Alimentos S/A	106	0
Petroleo Brasileiro S/A	426	29
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	72	74
Sigma Extração de Metais	82	0
Termaco Transportes S/A	31	0
Tracol Agência Maritima Transc Ltda	290	0
Wilson Sons Shipping Service Ltda	118	0
Clientes Diversos	362	225
Total	**1.695**	**328**

Conforme Nota 3.c), foi constituída PECLD, em 30 de setembro de 2022 e complementada em 31/12/2022.

No 4º trimestre de 2022, não foram realizadas as baixas de faturas incobráveis, visto que muitas delas, encontram-se em fase de negociação e de judicialização.

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contempla os valores adiantados aos empregados da CDC, conforme abaixo:

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de Salários	33	16
Empréstimos de Férias	107	76
Adiantamentos de Férias	311	233
Adiantamentos de 13º Salário	68	44
Total	**519**	**369**

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

7. ADIANTAMENTOS A EMPRESAS

ADIANTAMENTOS A EMPRESAS	31/12/2022	31/12/2021
AD –Somos Capital Humano Serv.Locação	82	82
AD WN Serviços de vigilância Armada	259	259
Total	**341**	**341**

Refere-se aos pagamentos realizados diretamente aos empregados dos salários e demais verbas trabalhistas, em virtude do descumprimento de obrigações contratuais, firmado entre a Companhia Docas do Ceará e as empresa Somos Capital Humano e WN Serviços de Vigilância Sanitária, de modo a assegurar a satisfação do crédito dos trabalhadores e afastar possível responsabilização subsidiária trabalhista prevista na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Os pagamentos em tela foram realizados com base nos Pareceres Jurídico nºs 36/2019 e 143/2019 e Resoluções DIREXE nº 043/2019 E 50/2019.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, bem como por meio de ressarcimento ou de simples dedução. São créditos tributários decorrentes de IR s/ aplicações financeiras e resgates de depósitos judiciais, retenções s/ serviços prestados, créditos extemporâneos e saldos negativos formados em períodos diversos. Segue a discriminação:

TRIBUTOS A RECUPERAR	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Negativo IRPJ 2021 - Ano-calendário 2020	0	931
Saldo Negativo CSLL 2021 – Ano-calendário 2020	0	79
Saldo Negativo IRPJ 2022 - Ano-calendário 2021	0	1027
Saldo Negativo CSLL 2022 – Ano-calendário 2021	0	200
Créditos Extemporâneos - COFINS	0	3
IRPJ Retido –Lei 10.833	963	0
IRRF S/Rendimentos Financeiros	735	0
IRRF S/Outras Retenções	7	0
CSLL Retida – Lei 10.833	201	0
Total	**1.906**	**2.240**

Os valores demonstrados como créditos são decorrentes de retenções na fonte de aplicações financeiras, resgates de depósitos judiciais e por serviços prestados a empresas públicas e sociedades de economia mista.

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) **Depósitos Judiciais**

DEPÓSITOS E CAUÇÕES JUDICIAIS	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas Recursais	599	583
Trabalhistas Bloqueados	0	83
Depósitos Consignações	321	123
Total	**920**	**789**

Trata-se de depósitos judiciais provenientes, de Reclamações Trabalhistas e da União Federal contra Companhia Docas. No 4º trim/2022, foi desbloqueado o valor de R$ 83 (mil) de ação trabalhista bloqueada, em favor da CDC, referente ao processo nº. 0035100-26.1996.5.07.005 Sindepor.

b) **Clientes**

CLIENTES - LONGO PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Processo N.0822859-81.2019.4.05.8100 -PEM	707	707
Tergran (Arrendamento Leilão Muc)	750	0
Total	**1.457**	**707**

No 1º trimestre de 2021, foi registrado o montante de R$ 707 (mil), referente ao processo nº 0822859-81.2019.4.05.8100, que trata de uma Ação Ordinária de Cobrança, proposta pela CDC, em face do INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPEM, cuja pretensão consistiu na obtenção de valores referentes às taxas de Aforamento, decorrentes do uso de área da CDC, objeto de convênio firmado em 31/10/1996.

Diante do exposto, quanto ao processo nº 0822859-81.2019.4.05.8100, a Coordenadoria Jurídica da CDC entendeu como certo o valor de R$ 707 (mil), quanto ao seu recebimento pela Companhia Docas do Ceará.

No 1º trimestre de 2022, foi registrado o montante de R$ 1.000 (mil), referente ao arrendamento de instalação portuária localizada no Porto Organizado do Mucuripe/CE, denominada área MUC01, destinada à movimentação e à armazenagem de granel vegetal, especialmente trigo em grãos, conforme consubstanciado no Leilão nº 03/2021 – ANTAQ, constante no processo SEI nº 50300.008236/2020-30.

Referido arrendamento vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com possibilidade de prorrogação contratual, nos termos da Cláusula 3 da Minuta do Contrato de Arrendamento, a critério do Poder Concedente, conforme estipulado no edital.

A TERGRAN - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., foi a empresa vencedora do Leilão nº 03/2021 – ANTAQ, ocorrido na Bolsa de Valores (B3), em 13 de agosto de 2021, mediante proposta de arrendamento (valor da outorga em reais a ser pago à autoridade portuária), conforme aviso de homologação e adjudicação.

Do montante registrado, foi recebido, antecipadamente, em 03/01/2022, R$ 250 (mil), a titulo de pagamento constante no item 27.2.2 do edital, restando R$ 750 (mil).

Não houve alteração no 4º trimestre de 2022.

c) **Créditos a receber**

CRÉDITOS A RECEBER	31/12/2022	31/12/2021
Crédito IPTU - Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001	6.370	6.370
Crédito ISS - Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100	80.041	0
Total	**86.411**	**6.370**

O montante de R$ 4.727 (mil) foi registrado no exercício de 2020, em conformidade com o disposto no CPC 25. É proveniente de decisão judicial, constante no processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001, o qual trata de uma Ação Ordinária de Repetição de Indébito de IPTU, referente aos imóveis matriculados sob os números 186.731-8, 461-446-1, 539.771-5 e 184.834-8, em face do Município de Fortaleza.

Conforme entendimento da Coordenadoria Jurídica da CDC, o valor registrado é certo quanto ao seu recebimento, o qual se dará por meio de precatório (Fazenda Pública Municipal), restando em

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

discussão, apenas a atualização monetária, tendo em vista que, o cálculo que foi homologado compreendeu a atualização, até março de 2016.

Em 31/12/2021 foi contabilizada à atualização monetária de R$ 1.642 (mil), referente ao período de março de 2016 a junho de 2020, visto que a contadoria da vara, por ordem judicial, procedeu ao cálculo e que ambas as partes concordaram com o valor apurado de R$ 6.370 (mil), conforme comunicado SEI nº 4/2022/CODJUR-Contencioso CDC/DIRPRE/CDC.

Em 30/09/2022, foi registrado o montante de R$ 80.041 (mil), em conformidade com o disposto no CPC 25, proveniente de decisão judicial, a qual declarou que a autora não estava obrigada, graças à natureza pública de suas atividades ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN cobrado pelo Município de Fortaleza.

Trata-se de ação Ordinária, ajuizamento em outubro de 2007, com pedido de tutela antecipada proposta pela COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ em face do MUNICÍPIO DE FORTALEZA, processo nº 0812093-66.2019.4.05.8100, objetivando a declaração de exclusão da exigibilidade jurídico tributária cumulada com repetição de indébito em que a autora não seja obrigada a pagar ISSQN, bem como que seja o réu obrigado a restituir à CDC os valores recolhidos indevidamente a esse título, ressalvada a prescrição.

Em novembro de 2019, a ação foi julgada procedente, tendo o juiz decretado a inexigibilidade de relação jurídico-tributária pleiteada, bem como condenou o Município de Fortaleza, a restituir à CDC os valores cobrados e pagos referentes ao referido tributo, dos últimos cinco anos da interposição da presente demanda, a serem apurados quando da liquidação da sentença.

Em setembro de 2021, com a sentença transitada em julgado, a exequente adquiriu o direito a restituição dos valores pagos a título de ISSQN, não alcançados pela prescrição, por todos os serviços portuários que prestou, valores estes que deverão ser corrigidos monetariamente pelos mesmos índices praticados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, pela SELIC. O demonstrativo de cálculos para fins de restituição no período de outubro de 2002 a janeiro de 2022, no montante de R$ 80.041.805,80 (oitenta milhões, quarenta e um mil, oitocentos e cinco reais e oitenta centavos), nos exatos termos fixados à sentença, quantia essa já atualizada, sendo o valor principal de R$ 36.965.688,66 (trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

e sessenta e seis centavos), com atualização do débito pela SELIC, no valor de R$ 43.076.117,14 (quarenta e três milhões, setenta e seis mil cento e dezessete reais e quatorze centavos).

A Coordenaria Jurídica da CDC prestou informações adicionais, por meio do Comunicado SEI nº 64/2022/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC de 19/10/2022, ratificando que, **o** prognóstico "1" indicado para a referida Ação (Processo Judicial nº 0812093-66.2019.4.05.8100), constante no Relatório Federal Requerente (SEI nº 6305649) é adequado, e que a importância indicada (R$ 80.041.805,80) é líquida e certa de recebimento, portanto, passível de ser classificada como "provável", ressaltando, ainda, que a constatação de liquidez e certeza do recebimento está alicerçada no fato de que a respectiva Ação nº 0812093-66.2019.4.05.8100 já transitou em julgado**.**

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

INVESTIMENTOS	31/12/2022	31/12/2021
BNDES	4	4
FINOR - Banco do Nordeste	23	28
Total	**27**	**32**

11. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da CDC é composto, conforme discriminação a seguir:

IMOBILIZADO	31/12/2022	31/12/2021
Bens Móveis	14.848	15.719
Bens Imóveis	150.924	145.747
Imobilizado em Andamento	1.273	0
Imobilizado TMP	238.836	238.837
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Imobilizado - Convênio monitoramento	0	140
Redução ao Valor Recuperável	-12	-12
Depreciação Acumulada	-136.141	-122.762
Total	**271.215**	**279.156**

Conforme o laudo dos avaliadores independentes; referente ao exercício de 2018, foram sugeridas as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado, considerando a sua vida útil, sendo que os eventuais efeitos advindos da utilização dessas taxas foram registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019, a saber:

BENS IMOBILIZADO	Taxa de Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada- Anos
Edificações	4%	25
Máquinas, Móveis, aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Em 2022 foi contratada a empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda.- EPP, para emitir Laudo de Avaliação e Teste de Recuperabildade de Ativos (Impairment) dos Bens da Companhia.

Após conclusão dos trabalhos, o Parecer da empresa contratada foi que, o laudo tem validade para a data de referência inicialmente informada e, por se tratar de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), não há previsibilidade, para o exercício em questão (2022), de qualquer ajuste contábil (Impairment Test) visto que os valores calculados nas Avaliações (VNR e VMU) estão superiores aos Valor contabilizados (VOC e RES). A avaliação realizada foi positiva em R$ 149.238 (mil), conforme relatórios emitidos.

No 4º trimestre de 2022, destaca-se as seguintes movimentações:

- Aquisição de ar condicionado no valor de R$ 91 (mil);
- Aquisição de sistema de abastecimento de água e combate a incêndio no valor de R$ 796 (mil),
- Aquisição de Materiais elétricos no valor de R$ 364 (mil),
- Aquisição de materiais de sinalização náutica no valor de R$ 191 (mil), demonstrado no quadro de movimentações do Imobilizado, a seguir:

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES

Descrição	Custo de Aquisição 30/09/2022	Adições	Baixas	Baixa Deprec.Bens Leilão	Depreciação 4º Trim/2022	Depreciação Acumulada	IMOBILIZADO LÍQUIDO 31/12/2022
Edificações	14.306	0	0	0	-110	-8.029	6.167
Arruamentos e Áreas Pavimentadas	24.024	0	0	0	-194	-3.014	20.816
Cais e Anexos Fixos	64.806	0	0	0	-587	-39.239	24.980
Móveis e Utensílios	632	4	0	0	-2	-601	33
Máquinas e equip.	9.768	0	0	0	-244	-5.675	3.849
Equip; de Informática	980	1	0	0	-4	-930	47
Veículos	145	0	0	0	-7	-122	16
Pier Petroleiro	12.493	0	0	0	-103	-6.904	5.486
Moderno Sistema de Gravação de CFTV	1.566	0	0	0	-78	-830	658
Sistema de Gravação OCR	590	0	0	0	-30	-374	186
Instalações de prod. Distrib. Energia elétrica	16.452	364	0	0	-179	-11.851	4.786
Imobilizado TMP	238.837	0	0	0	-2.485	-57.929	178.423
Imob.em andam.	374	898	0	0	0	0	1.272
Redução ao Valor Recuperável	-12	0	0	0	0	0	-12
(-)Depreciação fiscal	0	0	0	0	407	9.566	9.973
Outras imobilizações	20.663	467	0	0	-67	-6.528	14.535
Total	**405.624**	**1.734**	**0**	**0**	**-3.683**	**-132.460**	**271.215**

No que tange à depreciação, no 4º trimestre de 2022, resultou em R$ 3.683 (mil), sendo R$ 4.090 (mil) de despesas de depreciação e R$ 407 (mil) de ajuste devedor da depreciação (RTT).

12. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e vida útil estimada de 5 anos, cujo impacto no 4º trimestre de 2022, foi R$ 51 (mil).

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

INTANGÍVEL	31/12/2022	31/12/2021
Intangível	7.810	7.810
Amortização	-7.458	-7.255
Redução ao Valor Recuperável	-2	-2
Total	**350**	**553**

13. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC, dos quais listamos os principais:

FORNECEDORES	31/12/2022	31/12/2021
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	0	770
CENTRO DE ESTUDOS EM LOGISTICAS	29	0
CAGECE	87	50
CRIART SERV. DE TERCEIRIZAÇÃO	166	134
OGMO	0	51
MFC AVALIAÇÃO E GESTÃO	29	34
TRUST CONTROL. SEGUR EM TECN	10	0
3G ENGENHARIA LTDA	0	111
CONSTRUTORA KARBONE E COML LTDA	59	0
DAS INDUSTRIAL COM. SER. MAQUINAS	0	421
FORNECEDORES DIVERSOS	18	61
Total	**398**	**1.632**

Do saldo evidenciado no 4º trimestre de 2022, vale destacar o saldo da empresa Criart Serviços de Terceirização, de R$ 166 (mil), justificado pelo pagamento das notas fiscais de dezembro/2022 apenas no mês seguinte.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CURTO PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	39	33
Rescisões a pagar	2	0
Reclamações Trabalhistas	2.639	2.748
Total	**2.680**	**2.781**

Os valores de salários a pagar, rescisões a pagar referentes à competência de dezembro/2022 serão pagos no mês subsequente. O saldo de R$ 2.639 (mil), refere-se ao passivo contingente de natureza trabalhista, cujo prognóstico é de perda provável. **Vide Nota Explicativa 22.c).**

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, que em dezembro de 2022, apresentaram os seguintes valores:

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a Recolher - IN 1.234/12	316	321
INSS a Recolher	416	385
FGTS a Recolher	162	145
ISS - Imposto Serviços Prestados	0	88
ISS - Imposto retido na fonte	67	39
PIS a Recolher	118	25
COFINS - Contrib. Social Lei Compl. 70/91	550	120
INSS s/ serviços tomados	120	68
PORTUS Patronal	40	76
PORTUS Contribuição Extraordinária	68	129
Assistência Médica	0	-1
Total	**1.857**	**1.396**

15.a. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – LONGO PRAZO

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras, conforme previsto no Pronunciamento IBRACON NPC 25 e NBC TG 32 (R4).

O Pis e a COFINS são reconhecidos sobre as receitas de atualização das diferenças temporárias referente ao Processo ISS Nº 0812093-66.2019.4.05.8100 (Vide Nota Explicatica 9.c).

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – LONGO PRAZO IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ Diferido	13.194	0
CSLL Diferido	4.750	0
PIS Diferido	280	0
COFINS Diferido	1.723	0
Total	**19.947**	**0**

16. PORTUS - IRTS

CURTO PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Portus - IRTS	630	630

LONGO PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Portus - IRTS	1.612	2.095
TOTAL	**2.242**	**2.725**

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a paridade contributiva entre contribuição de participantes e patrocinadoras, razão pela qual estas reconheceram, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2002, na sede da PORTUS, os valores referentes à Reserva a Amortizar. A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a. a mais INPC e sem existência de garantia.

17. PARCELAMENTO INSS

Refere-se ao saldo a pagar de INSS, parcela de beneficiários, relacionado às competências de novembro/16, dezembro/16 e 13º Salário, por meio de Parcelamento Simplificado Previdenciário, em 60 parcelas, junto à Receita Federal do Brasil, finalizado em 06/2022.

PARCELAMENTO INSS -CURTO PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento -INSS	0	23
TOTAL	**0**	**23**

18. PORTUS PASSIVO ATUARIAL

A CDC firmou em 22 de novembro de 1979, convênio de adesão junto ao PORTUS, a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, administrado pela referida entidade. Este foi estruturado na modalidade de Benefício Definido e foi instituído pela extinta PORTOBRÁS. Já era multipatrocinado por empresas, na grande maioria, de origem pública.

O PBP1 encontra-se fechado para novas adesões, desde 11 de maio de 2010, bem como vem atravessando uma situação de grave insuficiência patrimonial. Dessa forma, com a finalidade de solucionar a questão, foi ajustado entre os responsáveis pelo custeio do referido plano e a entidade administradora, a adoção de estratégia previdencial própria.

Os responsáveis pelo custeio, quais sejam as PATROCINADORAS, dentre elas a CDC e seus participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, aprovaram a estratégia previdencial desenvolvida no intuito de viabilizar a solvência do PBP1. A Diretoria Executiva da CDC adotará as providências necessárias para promover a cisão do plano da CDC, no que tange à sua participação no PORTUS.

18.a) PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Na melhor forma do direito, as partes celebraram Termo de Compromisso Financeiro, o qual foi pautado na metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. A CDC assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R$ 24.670 (mil), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos por esta ao PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, sendo esse valor quitado de forma parcelada, segundo critérios adotados no próprio termo.

Entretanto, o referido Termo de Compromisso Financeiro, foi assinado, somente em junho/2020, ocasião que o valor atualizado alcançou o montante de R$ 25.347(mil) que, conforme estabelecido no próprio termo, deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente

à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor.

Destaca-se que, o valor devido não inclui a contrapartida da contribuição extraordinária estabelecida no Plano de Custeio, que respeita a proporção contributiva.

O saldo devedor, em dezembro/2022, encontra-se evidenciado a seguir:

CURTO PRAZO	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	1.682	1.515

LONGO PRAZO	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	25.581	25.713
TOTAL	**27.263**	**27.228**

18.b) PROVISÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Para o 4º. trimestre de 2022, o estudo atuarial do plano, realizado pela empresa Rodarte Nogueira-Consultoria e Estatística e Atuária, RN/CDC 001/2023, linha e11, apresentou déficit atuarial no valor de R$ 39.195 (mil), com base no relatório do estudo evidenciado a seguir:

A.	**Conciliação da obrigação de benefício definido**	**Projeção** 31 dez 23	1 out 22_31 dez 22	1 jul 22_30 set 22	1 abr 22_30 jun 22	1 jan 22_31 mar 22
1.	**Obrigação de Benefício Definido no início do ano**	**36.362.828**	**38.354.206**	**37.829.253**	**38.964.148**	**39.563.571**
2.	Custo do serviço corrente (parte patronal)	(11.022)	(4.437)	3.127	(8.881)	(11.767)
3.	Custo dos juros	3.336.109	857.014	856.812	848.211	840.532
4.	Contribuições de participantes do plano	11.022	4.437	(3.127)	8.881	11.767
5.	Benefícios pagos	(6.137.362)	(1.374.332)	(1.454.776)	(1.829.954)	(1.328.608)
6.	(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	(1.755.330)	849.781	(453.861)	(471.216)
	6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	*1.186.054*	-	-	-
	6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	*(886.028)*	*302.300*	*(936.269)*	*(490.446)*
	6.c. Ajustes de experiência	-	*(2.055.356)*	*547.481*	*482.408*	*19.230*

	6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-	-	-	-
	6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-	-
7.	Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-	-
8.	Contribuições Extraordinárias Assistidos	1.214.984	281.270	273.136	300.709	359.869
9.	Emendas no plano	-	-	-	-	-
10.	Reduções	-	-	-	-	-
11.	Liquidações	-	-	-	-	-
12.	Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-
13.	**Obrigação de Benefício Definido no final do ano**	**34.776.559**	**36.362.828**	**38.354.206**	**37.829.253**	**38.964.148**

B.	**Conciliação do valor justo dos ativos do Plano**	**Projeção** 31 dez 23	1 out 22_31 dez 22	1 jul 22_30 set 22	1 abr 22_30 jun 22	1 jan 22_31 mar 22
1.	**Valor justo dos Ativos do plano no início do ano**	**(2.832.320)**	**(3.094.432)**	**(3.079.953)**	**(5.241.100)**	**(4.731.937)**
2.	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	381.692	201.751	2.691.511	(727.381)
3.	Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	524.518	119.144	116.033	114.156	157.448
4.	Contribuições dos participantes	11.022	4.437	(3.127)	8.881	11.767
5.	Benefícios pagos (líquido)	(6.137.362)	(1.374.332)	(1.454.776)	(1.829.954)	(1.328.608)
6.	Receita dos juros	(218.198)	(71.381)	(71.413)	(112.693)	(100.432)
7.	Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-	-
8.	Contribuições Extraordinárias Assistidos	1.214.984	281.270	273.136	300.709	359.869
9.	Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF+RTSA)	4.521.050	718.022	720.102	778.926	845.761
10.	Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	1.117.542	203.260	203.815	209.611	272.413
11.	Emendas no plano	-	-	-	-	-
12.	Reduções	-	-	-	-	-
13.	Liquidações	-	-	-	-	-
14.	Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-
15.	**Valor justo dos ativos do plano no final do ano**	**(1.798.764)**	**(2.832.320)**	**(3.094.432)**	**(3.079.953)**	**(5.241.100)**

(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos

C.	**Montantes reconhecidos na demonstração de resultados**	**Projeção** 31/12/2023	1 out 22_31 dez 22	1 jul 22_30 set 22	1 abr 22_30 jun 22	1 jan 22_31 mar 22

	Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício					
1.	Custo do serviço corrente (parte patronal)	(11.022)	(4.437)	3.127	(8.881)	(11.767)
2.	Custo líquido dos juros	3.554.307	928.395	928.225	960.904	940.964
	2.1 Custo dos juros da obrigação	3.336.109	857.014	856.812	848.211	840.532
	2.2 Receita de juros ativos	218.198	71.381	71.413	112.693	100.432
	2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	-	-	-	-	-
3.	Custo do serviço passado	-	-	-	-	-
4.	Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-	-	-
5.	Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-	-	-
6.	Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-	-
7.	Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-	-
8.	**Custo do benefício pós-emprego no período**	**3.543.285**	**923.958**	**931.352**	**952.023**	**929.197**
	Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)					
9.	**Custo total reconhecido em ORA no início do ano**	**3.266.941**	**5.403.963**	**4.755.933**	**7.901.305**	**7.645.140**
10.	Perdas (ganhos) atuariais	-	(1.755.330)	849.781	(453.861)	(471.216)
11.	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(381.692)	(201.751)	(2.691.511)	727.381
12.	Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
13.	Efeito compartilhamento de riscos	-	-	-	-	-
14.	**Custo total reconhecido em ORA**	**3.266.941**	**3.266.941**	**5.403.963**	**4.755.933**	**7.901.305**

		Projeção				
D.	**Montantes reconhecidos no balanço**	31 dez 23	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1.	Valor presente das obrigações fundeadas	-	-	-	-	-
2.	Valor justo dos ativos do plano	(1.798.764)	(2.832.320)	(3.094.432)	(3.079.953)	(5.241.100)
3.	Excesso de cobertura	-	-	-	-	-
4.	Valor presente das obrigações não fundeadas	(34.776.559)	(36.362.828)	(38.354.206)	(37.829.253)	(38.964.148)
5.	Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-	-
6.	(Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-	-
5.	Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-	-
6.	**(Passivo) / Ativo líquido inicial**	**(36.575.323)**	**(39.195.148)**	**(41.448.638)**	**(40.909.206)**	**(44.205.248)**
6.1.	Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	**26.850.581**	**27.263.773**	**27.244.071**	**27.978.065**	**27.779.469**

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

6.2.	Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	3.351.190	3.541.415	3.842.934	3.836.173	3.951.351
6.3.	Passivo do Patrocinador c/ contrib.Extraordinárias + RTSA	11.801.113	13.310.985	14.240.634	14.500.821	14.812.512
7	**(Passivo) / Ativo líquido residual (6 + 6.1 + 6.2 + 6.3)**	**5.427.561**	**4.921.025**	**3.879.001**	**5.405.853**	**2.338.084**
7.1.	Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-	-	-	-
7.2.	Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
7.3.	Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
8.	**(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido**	**(36.575.323)**	**(39.195.148)**	**(41.448.638)**	**(40.909.206)**	**(44.205.248)**
	Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	**26.850.581**	**27.263.773**	**27.244.071**	**27.978.065**	**27.779.469**
9.	**(Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido (*)**	**(9.724.742)**	**(11.931.375)**	**(14.204.567)**	**(12.931.141)**	**(16.425.779)**

(*) Considerando que os valores dos contratos estejam registrados no balanço da empresa

		Projeção				
D.1.	**Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)**	31 dez 23	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1.	**Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior**	-	-	-	-	-
2.	**Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual**	-	-	-	-	-
3.	Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	-	-	-	-	-
4.	Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	-	-	-	-	-
5.	Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-	-	-
6.	**Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos					

		Projeção				
E.	**Conciliação do ativo/(passivo) líquido:**	31/12/2023	1 out 22_31 dez 22	1 jul 22_30 set 22	1 abr 22_30 jun 22	1 jan 22_31 mar 22
1.	**Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano**	**(39.195.148)**	**(41.448.638)**	**(40.909.206)**	**(44.205.248)**	**(44.295.508)**
2.	Custo no período (Resultado do Exercício)	(3.543.285)	(923.958)	(931.352)	(952.023)	(929.197)
3.	Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	2.137.022	(648.030)	3.145.372	(256.165)
4.	Contribuições do empregador para o plano	6.163.110	1.040.426	1.039.950	1.102.693	1.275.622
5.	Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-	-
6.	Combinações de negócios	-	-	-	-	-
7.	Alienações do plano					

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

		-	-	-	-	-
8.	Ganho / perda cambial	-	-	-	-	-
9.	Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	-
10.	Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	-	-	-	-	-
11.	**Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano**	**(36.575.323)**	**(39.195.148)**	**(41.448.638)**	**(40.909.206)**	**(44.205.248)**

18.c) VALOR JUSTO DOS ATIVOS

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I.	**Valor Justo dos Ativos do Plano**	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1.	**Principais Categorias de Ativos (%)**				
1.a	Disponível	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
1.b	**Realizável (Prev e Adm)**	**85,516%**	**85,564%**	**85,636%**	**89,090%**
	Contribuições Contratadas	81,114%	81,204%	81,331%	86,533%
	Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	4,402%	4,360%	4,305%	2,558%
1.c	Títulos Públicos	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
1.d	Créditos Privados e Depósitos	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
1.e	Ações	2,556%	2,347%	4,681%	5,151%
1.f	**Fundos de Investimentos**	**0,782%**	**1,211%**	**-1,012%**	**0,014%**
	Renda Fixa	N/D	N/D	N/D	0,000%
	Imobiliário	N/D	N/D	N/D	0,014%
1.g	Investimentos Imobiliários	5,82%	5,73%	5,63%	5,69%
1.h	Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
1.i	**Precatório - FND**	**5,28%**	**5,10%**	**5,01%**	**N/A**
1.j	Outros - Depósitos Judiciários	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%
	Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

I.	**Valor Justo dos Ativos do Plano**	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
2.	**Principais Categorias de Ativos (montante)**				
2.a	Disponível	-	(2)	-	-
2.b	**Realizável (Prev e Adm)**	**34.640.519**	**35.285.575**	**35.938.987**	**35.203.980**
	Contribuições Contratadas	32.857.486	33.487.651	34.132.359	34.193.228
	Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	1.783.033	1.797.924	1.806.628	1.010.751
2.C	Títulos Públicos	-	-	-	-

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

2.d	Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	-
2.e	Ações	1.035.321	967.704	1.964.642	2.035.483
2.f	**Fundos de Investimentos**	**316.588**	**499.584**	**(424.855)**	**5.417**
	Renda Fixa	N/D	N/D	N/D	2
	Imobiliário	N/D	N/D	N/D	5.415
2.g	Investimentos Imobiliários	2.356.216	2.362.029	2.364.598	2.248.861
2.h	Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
2.i	**Precatório - FND**	**2.137.926**	**2.102.675**	**2.102.675**	**N/A**
2.j	Outros - Depósitos Judiciários	21.129	21.129	21.129	21.129
	Total Ativo	**40.507.699**	**41.238.694**	**41.967.176**	**39.514.870**
(+)	Ajuste Valor de Mercado	-	-	-	-
(-)	Contribuições Contratadas	(32.857.486)	(33.487.651)	(34.132.359)	(34.193.228)
(-)	Contribuições em atraso	(67.479)	(108.863)	(54.817)	(523.132)
(-)	Uso Próprio	N/D	N/D	N/D	(99.726)
(-)	Exigível Operacional	(139.410)	(25.549)	(27.383)	(240.745)
(-)	Exigível Contingencial	(274.268)	(274.268)	(176.559)	(176.559)
(-)	Fundo Previdencial	(8.520.130)	(8.913.167)	(8.924.318)	(8.679.100)
(-)	Fundo de Investimento	-	-	-	-
(-)	Fundo administrativo	(1.539.912)	(1.483.573)	(1.527.939)	(802.304)
	Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - inicial	**(2.890.986)**	**(3.054.377)**	**(2.876.199)**	**(5.199.924)**
	Rentabilidade referente ao período projetado	(21.724)	(23.267)	(21.016)	(37.130)
	Saldo Previdencial referente ao período projetado	80.390	(16.788)	(182.738)	(4.046)
	Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - final	**(2.832.320)**	**(3.094.432)**	**(3.079.953)**	**(5.241.100)**

18.d) PREMISSAS ATUARIAIS

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F.	**Premissas adotadas (final do ano)**	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1.	Taxa de desconto (nominal)	9,824%	9,399%	9,534%	9,130%
2.	Retorno esperado dos ativos do plano	9,824%	9,399%	9,534%	9,130%
3.	Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%

4.	Reajuste nominal do benefício	**-3,50%**	**-3,50%**	**-3,50%**	**-3,50%**
5.	Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A

G.	**Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano**	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1.	Data efetiva	30 nov 22	30 nov 21	30 nov 21	30 nov 21
2.	Participantes ativos (passivo principal)	4	5	5	5
3.	Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	223	231	231	231
	3.a. Aposentados	130	143	143	143
	3.b. Pensionistas	93	88	88	88
4.	Número total de participantes	227	236	236	236

H.	**Período de amortização**	31 dez 22	30 set 22	30 jun 22	31 mar 22
1.	Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	0,00	0,00	0,00
2.	*Duration* da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	7,07	7,67	7,67	7,67

K.	**Projeção do fluxo de caixa**	31/12/2023	1 out 22_31 dez 22	1 jul 22_30 set 22	1 abr 22_30 jun 22	1 jan 22_31 mar 22
1.	Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	6.137.362	1.374.332	1.454.776	1.829.954	1.328.608
2.	Contribuições esperadas do empregador - paridade	524.518	119.144	116.033	114.156	157.448
3.	Contribuições esperadas dos participantes	11.022	4.437	(3.127)	8.881	11.767
4.	Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	1.214.984	281.270	273.136	300.709	359.869
5.	Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	1.117.542	203.260	203.815	209.611	272.413
6.	Contribuições esperadas do empregador - TCF	4.521.050	718.022	720.102	778.926	845.761

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	**31/12/2022**	**31/12/2021**
PORTUS – Termo de Compromisso	1.682	1.515
PORTUS – Termo de Compromisso - LP	25.581	25.713
PORTUS – Passivo Atuarial	11.932	17.067
TOTAL	**39.195**	**44.295**

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

19. PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31 de dezembro de 2022.

PROVISÕES	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Férias	1.636	1.524
Provisão de Encargos Férias	568	529
TOTAL	**2.204**	**2.053**

20. CREDORES DIVERSOS

O grupo de contas refere-se aos recebimentos de créditos provenientes de depósitos caucionados, créditos diversos recebidos de clientes, créditos originários de recebimentos de IPTU e Aforamento, em que os valores mais relevantes serão evidenciados a seguir:

CREDORES DIVERSOS	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Caucionados	283	198
Credores Diversos **Nota 20.a)**	1.820	1.360
Credores Diversos - IPTU **Nota 20.b)**	1.652	1.993
Credores Diversos - Aforamento	1.174	1.170
TOTAL	**4.929**	**4.721**

a) **Créditos diversos**

Do montante de R$ 2.103 (mil), R$ 1.820 (mil) refere-se aos valores recebidos de clientes, para posterior liquidação, por meio de notas de créditos. Em complemento, ressalta-se que, R$ 482 (mil), refere-se ao recebimento não integral de valores provenientes de contas a receber, os quais não foram baixados nos meses de recebimento e que serão liquidados quando do complemento pelos clientes. Abaixo, segue a composição:

CREDORES DIVERSOS	31/12/2022
PETROBRAS	1
LEILÃO PEDRAS	60
VANDERLEI	2
SAVEIROS CAMUYRANO SERV. MARÍTIMOS	14
APMAP	2
CTIS TECNOLOGIA	34
ASSO MARÍTIMA	5
BM SANTOS	2
VESTAS	14
DEEF PROD	3
CSP	2
CMA CGM DO BRA	96
OUTROS	247
Total	**482**

b) Credores Diversos - IPTU

O valor de R$ 1.652 (mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto de lide jurídica (processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001) junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza. **(vide nota explicativa 9 c**).

Em dezembro de 2021, iniciou-se o processo de devolução dos valores recebidos a título de ressarcimento de IPTU dos arrendatários, face à procedência da referida ação.

No 4º trimestre de 2022, não houve movimentação no período.

21. CONVÊNIOS

CONVÊNIOS	31/12/2022	31/12/2021
CVT Portuário	14	14
Monitoramento Ambiental	0	-203
TOTAL	**14**	**-189**

Em 25 de fevereiro de 2022, conforme comunicado nº 41/2022/CODFIN-CDC/DIAFIN-CDC, processo SEI nº 50900.000203/2021-63, foi reclassificado o valor de R$ 203 (mil) para despesas de controle ambiental.

No que tange ao Convênio CVT Portuário, informa-se que, a prestação de contas foi aprovada e concluída no SIAFI e, quanto à definição da propriedade dos bens adquiridos, através das manifestações constantes nos Despachos nº 63/2022/CGPI-SNPTA/CGGI-SNPTA/DGMP/SNPTA (SEI 6075443), corroborado pelo nº 296/2022/ DGMP/SNPTA (SEI 6081250), nº 183/2022/CGGC/ GABSNPTA/SNPTA (SEI 6221452) e Despacho nº 348/2022/DGMP/SNPTA (SEI 6296558), Processo SEI nº. 50900.000751/2022-74. O processo foi encaminhado para o setor de patrimônio da CDC, em 25/10/2022, através do Despacho DIAFIN-CDC, para fins de prosseguimento.

22. AÇÕES JUDICIAIS

No 4º trimestre de 2022, as ações judiciais apresentaram um aumento de 35,74%, conforme abaixo e segregadas de acordo com a respectiva natureza, cujas informações serão tratadas individualmente, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES JUDICIAIS - CURTO PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Ações Cíveis (Estaduais) **Vide 22.a)**	28	14
Ações Federais **Vide 22.b)**	324	112
Ações Tributárias **Vide 22.b)**	-	123
TOTAL	**352**	**249**

AÇÕES JUDICIAIS - LONGO PRAZO	31/12/2022	31/12/2021
Ações Federais **Vide 22.b)**	0	0
TOTAL	**0**	**0**

Destaca-se que os saldos refletem a posição de 31/12/2022, tendo como base de aferição, os prognósticos emitidos pela Coordenadoria Jurídica da CDC, relativos ao 4º trimestre de 2022. Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Polo Ativo e Passivo, conforme os referidos prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 - POSSÍVEL, 3 - REMOTA).

Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio contábil da prudência, nas ações em que a CDC figura em polo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas, entretanto, serão reconhecidas no momento da sua realização, exceto, os valores evidenciados nas **Notas Explicativas 9.b) e 9.c).**

Nas ações em que a CDC figura em polo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:

a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

a) AÇÕES CÍVEIS (Estaduais)

No que tange às ações judiciais de natureza cível em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de dezembro de 2022. Seguem abaixo, as informações acerca das quantidades dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	10	1	6.896
	9	2	22.082
	21	3	740
TOTAL GERAL	**40**		**29.718**

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	1	1	28
	1	2	0
	8	3	2.105
TOTAL GERAL	**10**		**2.133**

Do montante das ações estaduais, em que a CDC figura no polo passivo, encontra-se registrado o montante de R$ 28 (mil), cujo prognóstico de perda é provável, conforme já evidenciado.

b) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS

No que tange às ações judiciais de competência da Justiça Federal, em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de dezembro de 2022, seguem abaixo, as informações acerca das quantidades, dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	19	1	84.687
	37	2	3.053
	18	3	444
TOTAL GERAL	**74**		**88.184**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	5	1	324
	12	2	7.384
	19	3	1.549.019
TOTAL GERAL	**36**		**1.556.727**

Do montante de R$ 324 (mil) registrado de ações em que a CDC figura no polo passivo, o valor de R$ 123 (mil) é referente ao processo judicial nº 0001098-37.2013.4.05.81000 (PACONOL).

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

Não foi provisionado o montante aproximado de R$ 7.384 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível e, o montante de R$ 1.549.019 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda, refere-se a sentença de extinção do processo, contudo objeto de recurso de apelação pelo Portus.

c) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

No que se tange às demais Reclamações Trabalhistas em curso, em que a CDC figura em Polo Passivo, seguem as informações emitidas pela Coordenadoria Jurídica, quanto aos prognósticos e respectivos valores.

Os valores informados como Reclamações Trabalhistas, com prognóstico de perda provável encontram-se registrados no grupo de Obrigações Trabalhistas. **Vide Nota Explicativa 14.**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	31	1	2.639
	28	2	6.541
	7	3	2.497
TOTAL GERAL	**66**		**11.677**

23. RECEITAS DIFERIDAS

Em 13/08/2021 ocorreu a Sessão Pública do Leilão e abertura das Propostas pelo Arrendamento das Proponentes, a partir das 10h, na Bolsa de Valores (B3), na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro - São Paulo/SP, com objetivo do arrendamento de instalação portuária localizada no Porto Organizado do Mucuripe/CE, denominada área MUC01, conforme consubstanciado no Leilão nº 03/2021 – ANTAQ, constante no processo SEI nº 50300.008236/2020-30.

Referido arrendamento vigorará pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com possibilidade de prorrogação contratual, nos termos da Cláusula 3 da Minuta do Contrato de Arrendamento, a critério do Poder Concedente, conforme estipulado no edital.

A TERGRAN - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda, foi a empresa vencedora do Leilão nº 03/2021 – ANTAQ, ocorrido na Bolsa de Valores (B3), em 13 de agosto de 2021, mediante proposta de arrendamento (valor da outorga em reais a ser pago à autoridade portuária), conforme aviso de homologação e adjudicação.

Na seção I – Das Obrigações Prévias à Celebração do contrato, item 27.2.10 do edital, a vencedora deverá depositar o valor de R$ 8.261 (mil) em 03/01/2022, com objetivo de liquidar o pagamento pela execução de obras de melhorias na área do Porto Organizado, a ser conduzida pela Administração do Porto.

Não houve alteração no 4º trimestre de 2022, conforme quadros discriminados abaixo:

a) Circulante

RECEITAS DIFERIDAS	31/12/2022	31/12/2021
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	40	0
Total	**40**	**0**

b) **Não Circulante**

RECEITAS DIFERIDAS	31/12/2022	31/12/2021
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	960	0
Tergran - Investimento de melhorias área MUC 01	8.261	
Total	**9.221**	**0**

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

24. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê fundos para investimento no Porto e consequente aumento de Capital. Tais fundos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidade.

Os valores provenientes de AFAC, que se encontram contabilizados em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	31/12/2022	31/12/2021
NÃO CIRCULANTE	**4.653**	**57.117**
GOVERNO FEDERAL	4.652	57.116
GOVERNO ESTADO CEARÁ	1	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.411**	**12.724**
GOVERNO FEDERAL	6.411	12.724
GOVERNO ESTADO CEARÁ	0	-
TOTAL GERAL	**11.064**	**69.841**

Quanto ao valor registrado no Passivo Não Circulante, do montante de R$ 4.653 (mil) registrados, R$ 146 (mil) refere-se à atualização monetária, ocorrida no 4º trimestre de 2022. Destaca-se que houve em 25 de Abril de 2022 Ata da 56ª Assembleia Geral Ordinária e 135ª Extraordinária da Companhia Docas do Ceará, homologando o aumento de capital social, atendendo todos os requisitos legais, conforme item VI, abaixo transcrito:

> E, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, como nenhum acionista minoritário manifestou interesse em subscrever ações, a União subscreveu a totalidade de ações, e assim, a Assembleia votou pela homologação do aumento do seu capital , aprovado na AGE do dia 29/09/2021, no montante de R$ 60.832 (mil), atualizados efetivamente até 30/04/2021, mediante a incorporação de AFAC, transferido pela União nos exercícios de 2015 a 2018, além do saldo remanescente de AFAC capitalizado em junho de 2015, passando o capital de R$ 273.319 (mil) para R$ 334.151 (mil), com a emissão de 8.963.527.415 (oito bilhões, novecentos e sessenta e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quinze) novas ações, sendo todas ações ordinárias, sem valor nominal, conforme autorizado pelo Decreto nº 10.498, de 28/09/2020.Com a citada alteração, o caput do art.6º do Estatuto Social da CDC passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 6º. O Capital Social da CDC é de R$ 334.151 (mil) , totalmente subscrito e integralizado, representado por 36.448.641.087 (trinta e seis bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e sete) ações, dividido em 26.912.133.216 (vinte e seis bilhões, novecentos e doze milhões, cento e trinta e três mil, duzentas e dezesseis) ações ordinárias e 9.536.507.871 (nove bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, quinhentos e sete mil, oitocentos e setenta e um) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

O detalhamento dos AFACs, em 25 de Abril de 2022, está evidenciado a seguir, em R$ (mil):

DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
07/07/2015	**R$ 3.075**	2.054	**R$ 5.129**
TOTAL			**R$ 5.129**

VALORES RECEBIDOS ATÉ 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
03/03/2015	R$ 1.500	R$ 1.109	R$ 2.609
22/04/2015	R$ 500	R$ 356	R$ 856
07/05/2015	R$ 2.000	R$ 1.407	R$ 3.407
24/06/2015	R$ 1.000	R$ 676	R$ 1.676
09/07/2015	R$ 1.500	R$ 999	R$ 2.499
09/10/2015	R$ 3.000	R$ 1.832	R$ 4.832
23/11/2015	R$ 13.493	R$ 7.913	R$ 21.406
23/12/2015	R$ 3.500	R$ 1.989	R$ 5.489
23/09/2016	R$ 500	R$ 210	R$ 710
29/09/2016	R$ 4.003	R$ 1.669	R$ 5.672
23/12/2016	R$ 792	R$ 297	R$ 1.089
29/12/2016	R$ 2.485	R$ 926	R$ 3.411
TOTAL	**R$ 34.273**	**R$ 19.383**	**R$ 53.656**

VALORES RECEBIDOS A PARTIR DE 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
04/05/2017	R$ 863	-	R$ 863
26/06/2017	R$ 800	-	R$ 800
30/10/2017	R$ 397	-	R$ 397
22/12/2017	R$ 1.617	-	R$ 1.617
28/12/2017	R$ 1.132	-	R$ 1.132
09/10/2018	R$ 250	-	R$ 250
27/12/2018	R$ 2.624	-	R$ 2.624

28/12/2018	R$ 863	-	R$ 863
30/12/2021	R$ 4.177	-	R$ 4.177
TOTAL	**R$ 12.724**	**0**	**R$ 12.724**

Integralização Capital Conforme AGO 56ª e AGE 135ª	**-R$ 60.832**
Total de AFAC União após Integralização	**R$ 10.677**

DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
25/09/2014	**R$ 1**	1	**R$ 1**
TOTAL			**R$ 1**

TOTAL DE AFAC GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	**R$ 1**
TOTAL DE AFAC EM 25/04/2022	**R$ 10.678**

O detalhamento dos AFACs, atualizados de 26/04/2022 a 31/12/2022, está evidenciado a seguir:

DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
25/04/2022	**R$ 3.751**	**R$ 340**	**R$ 4.091**
TOTAL		**R$ 340**	**R$ 4.091**

VALORES RECEBIDOS ATÉ 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
29/09/2016	R$ 363	R$ 198	R$ 561
TOTAL		**R$ 198**	**R$ 561**

VALORES RECEBIDOS A PARTIR DE 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
28/12/2017	R$ 1.132	-	R$ 1.132
09/10/2018	R$ 78	-	R$ 78
27/12/2018	R$ 1.025	-	R$ 1.025
30/12/2021	R$ 4.177	-	R$ 4.177
TOTAL	**R$ 6.411**	**0**	**R$ 6.411**

TOTAL DE AFAC UNIÃO	**R$ 11.063**

DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
25/09/2014	**R$ 1**	-	**R$ 1**
TOTAL			**R$ 1**

TOTAL DE AFAC GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	**R$ 1**
TOTAL DE AFAC EM 31/12/2022	**R$ 11.064**

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 36.448.641.087 ações, sem valor nominal, sendo 26.912.133.216 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 31 de dezembro de 2022, encontra-se assim distribuído:

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R$
GOVERNO FEDERAL	36.430.421.136	99,95%	333.983.789,02
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,05%	166.896,47
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	29,40
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	27,37
TOTAL	**36.448.641.087**	**100,00%**	**334.150.824,37**

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

Em 15/10/2015, a 113ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento no Capital Social, aumento este proveniente de créditos do acionista majoritário, Governo Federal.

Em 08/02/2019, a 123ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a absorção dos prejuízos acumulados dos exercícios de 2015 a 2017, a qual reduziu o Capital Social da CDC em R$ 59.460 (mil).

Em 25 de Abril de 2022 conforme Ata da 56ª Assembleia Geral Ordinária e 135ª Extraordinária da Companhia Docas do Ceará, foi homologado o aumento de capital social, atendendo todos requisitos legais, conforme item VI, abaixo transcrito:

> E, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, como nenhum acionista minoritário manifestou interesse em subscrever ações, a União subscreveu a totalidade de ações, e assim, a Assembleia votou pela homologação do aumento do seu capital , aprovado na AGE do dia 29/09/2021, no montante de R$ 60.832 (mil), atualizados efetivamente até 30/04/2021, mediante a incorporação de AFAC, transferido pela União nos exercícios de 2015 a 2018, além do saldo remanescente de AFAC capitalizado em junho de 2015, passando o capital de R$ 273.319 (mil) para R$ 334.151 (mil), com a emissão de 8.963.527.415 (oito bilhões, novecentos e sessenta e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quinze) novas ações, sendo todas ações ordinárias, sem valor nominal, conforme autorizado pelo Decreto nº 10.498, de 28/09/2020.Com a citada alteração, o caput do art.6º do Estatuto Social da CDC passa a ter a seguinte redação: "Artigo 6º. O Capital Social da CDC é de R$ 334.151 (mil) , totalmente subscrito e integralizado, representado por 36.448.641.087 (trinta e seis bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e um mil e oitenta e sete) ações, dividido em 26.912.133.216 (vinte e seis bilhões, novecentos e doze milhões, cento e trinta e três mil, duzentas e dezesseis) ações ordinárias e 9.536.507.871 (nove bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, quinhentos e sete mil, oitocentos e setenta e um) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembleia votou pela aprovação da proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. O saldo atualizado, até 31 de dezembro de 2022, totalizou um montante de R$ 1.761 (mil), após atualização monetária de aproximadamente R$ 55 (mil), durante o trimestre. Destaca-

se que, do montante apresentado, R$ 1.535 (mil) é proveniente de dividendos da União. A atualização da Reserva Especial é feita pela taxa SELIC.

Fator Acumulado SELIC de 01/07/2015 a 31/12/2022: 1,82267583

Fator Acumulado SELIC de 01/01//2022 a 31/12/2022: 1,12390989[1]

c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O estudo atuarial referente ao plano de benefício, definido PBP1, apontou um passivo líquido a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2022, de R$ 39.195 (mil). Conforme linha e.4 do quadro informado na **Nota Explicativa 18.b**, R$ 1.040 (mil), refere-se ao montante de contribuições do empregador para o plano, no 4º trimestre de 2022, o qual foi revertido para ajustes de exercícios anteriores. O saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores totalizou R$ 4.459 (mil), visto que, está contemplando o valor de R$ 1.276 (mil), R$ 1.103 (mil), R$ 1.040 (mil) e R$ 1.040 (mil), referente ao 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre e 4º trimestre de 2022, respectivamente.

d) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um custo total de R$ 3.012 (mil), relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido. No 4º trim/2022, houve a variação de R$ 2.137 (mil), resultado da diferença entre o 4º trim/2022 e o 3° trim/2022, constante na linha c.14 do quadro informado na **Nota Explicativa 18.b)**.

e) LUCRO DO 4º TRIMESTRE DE 2022

A Companhia Docas do Ceará apresentou, no 4º trimestre de 2022, um lucro no montante de R$ 1.067 (mil), principalmente, dos seguintes fatos:

Aumento em 23% da receita operacional líquida, devido ao reajuste tarifário, serviço de armazenamento e cobrança de serviços de scanner.

[1] Fatores acumulados. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicfatoresacumulados. Acesso em: 22 jul. 2022..

f) PREJUÍZOS ACUMULADOS

O saldo, em 31 de dezembro de 2022, de PREJUÍZOS ACUMULADOS, ver DMPL, é de R$ 17.769 (mil), conforme evidenciado a seguir e está demonstrado em R$ (mil):

Composição	Saldo R$ (mil)
Saldo Inicial de 2022	-76.083
Prejuízo do 1º trimestre de 2022	-3.442
Prejuízo do 2º trimestre de 2022	-2.419
Lucro do 3º trimestre de 2022	58.649
Lucro do 4º trimestre de 2022	1.067
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.459
Total	**-17.769**

26. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do Imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a definição da propriedade dos bens adquiridos.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**21.110**	**17.279**	**22,17%**	**69.211**	**63.178**	9,55%
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso Aquaviário	5.638	4.972	13,40%	19.681	19.051	3,31%
Utilização das Instalações de Acostagem	959	874	9,73%	3.205	3.085	3,89%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	7.918	7.102	11,49%	28.278	26.132	8,21%
Serviços de Armazenagem	1.901	1.343	41,55%	3.990	4.842	-17,60%
Serviços Diversos	4.694	2.988	57,10%	14.057	10.068	39,62%
(-) Cancelamentos de Serviços	-215	0	0,00%	-394	-234	68,26%
(-) Impostos Incidentes	-2.238	-2.045	9,44%	-7.682	-7.329	4,83%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**18.657**	**15.234**	22,47%	**61.135**	**55.615**	**9,92%**

A Receita Operacional Líquida apresentou um acréscimo de 22,47%, no 4º trimestre de 2022, quando comparados com o mesmo trimestre do período anterior, sendo a variação mais significativa, nas receitas de serviços de armazenagem e serviços diversos, devido ao reajuste tarifário e a nova tarifa de cobrança de serviços de scanner no exercício 2022, em termos monetários.

28.CUSTOS

CUSTOS	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	2.858	2.739	4,34%	11.000	10.114	8,76%
Serviços Prestados - Pessoa Física	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	2.896	2.001	44,73%	9.963	8.517	16,98%
Materiais Gastos nas Operações	10	56	-82,14%	49	63	-22,22%
Custos Gerais	4.644	5.714	-18,73%	18.433	20.581	-10,44%
Total	**10.408**	**10.510**	**-0,97%**	**39.445**	**39.275**	**0,43%**

No 4º trimestre de 2022, os Custos apresentaram uma redução de 0,97%, quando comparados aos do mesmo trimestre do exercício anterior.

Companhia Docas do Ceará – Ministério da Infraestrutura
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

29.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	3.769	3.423	10,11%	14.011	13.392	4,62%
Serviços Prestados - Pessoa Física	102	101	0,99%	400	403	-0,74%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	2.930	1.735	68,88%	8.490	6.980	21,63%
Despesas com Materiais	34	27	25,93%	137	193	-29,02%
Despesas Gerais	1.655	1.656	-0,06%	6.425	5.703	12,66%
Total	**8.490**	**6.942**	**22,30%**	**29.463**	**26.671**	**10,47%**

No 4º trimestre de 2022, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 22,30%, verificada, principalmente, em serviços prestados pessoa jurídica, quando comparados ao 4º trimestre do exercício anterior

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, no 4º trimestre de 2022, apresentaram um decréscimo de 72,23%, quando comparadas com o mesmo trimestre do exercício anterior.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	2.658	2.035	30,61%	8.826	7.203	22,53%
Recuperação de Valores Baixados Como Perdas Em Exercícios Anteriores	41	0	100,00%	75	2	4484,18%
Receitas Eventuais	1	1	0,00%	2	112	-98,21%
Recuperação de Despesas Exerc Anter	0	120	-100,00%	21	119	-82,35%
Ganhos e perdas de capital	0	0	0,00%	321	0	100,00%
Atualiz. Proc nº 0011097-11.2007.8.06.0001 (IPTU 2002_2006)	0	1642	-100,00%	0	1.642	-100,00%
Processo nº.0822859-81.2019.4.05.8100	0	0	0,00%	0	89	-100,00%
Processo nº. 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	0	0	0,00%	80.042	618	12851,78%
Reversão provisão Ações judiciais	0	411	-100,00%	0	411	-100,00%
Reversão prov Ações jud redução ao valor recuperável	0	5.513	-100,00%	0	5.513	-100,00%
Total	**2.700**	**9.722**	-72,23%	**89.287**	**15.709**	**468,39%**

As outras despesas operacionais, no 4º trimestre de 2022, sofreram um decréscimo de 25,64%, quando comparadas ao mesmo trimestre do exercício de 2021, justificado, principalmente, pela reversão de provisão de despesas com ações judiciais.

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	-8	981	-100,82%	706	1.073	-34,20%
Despesa Atuarial - Custo Benefício - Parcela Assistidos	889	889	0,00%	3.827	3.242	18,04%
Contribuição Extraordinária PORTUS - Assistidos	271	353	-23,23%	834	962	-13,31%
Impostos Diferidos	0	0	0,00%	2.003	0	100,00%
Provisão de Créditos para liquidação duvidosa	501	0	100,00%	1.367	0	100,00%
Total	**1.653**	**2.223**	**-25,64%**	**8.737**	**5.277**	**65,57%**

31.RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

No 4º trimestre de 2022, verificou-se um aumento das receitas financeiras, em um percentual de 202,14% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, sendo mais expressivo nos rendimentos de aplicação financeira.

RECEITAS FINANCEIRAS	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
Juros s/Atualiz de Demais Direitos de Crédito	0	0	0,00%	251	0	100,00%
Juros de Usuários	60	20	200,00%	200	77	159,74%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	1.175	359	227,30%	3.895	587	563,54%
Juros Atualização Depósitos Judiciais	39	0	0,00%	53	35	51,43%
Variações Monetárias de Tributos a Recuperar	0	25	-100,00%	91	126	-27,78%
Rendimentos em Titulos Publicos	-5	15	-133,33%	-6	21	-123,81%
Descontos Obtidos	0	0	0,00%	1	1	68,71%
Total	**1.269**	**419**	**202,14%**	**4.485**	**848**	**429,89%**

b) DESPESAS FINANCEIRAS

Conforme demonstrado a seguir, no 4º trimestre de 2022, verificou-se uma redução nas despesas financeiras em um percentual de 50,95%, em comparação ao mesmo trimestre do exercício de 2021, sendo mais expressiva, as despesas com variações monetárias.

DESPESAS FINANCEIRAS	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
Juros sobre atualização de débitos tributários	0	3	-100,00%	0	9	-100,00%
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	802	767	4,70%	3.195	2.970	7,58%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	0	4	-100,00%	0	10	-100,00%
Despesas Bancárias diversas	5	4	66,67%	17	15	13,33%
Despesas de Variações Monetárias	201	1.154	-82,63%	2.250	2.557	-12,01%
Perdas em Aplicações Financeiras	0	122	-100,00%	0	122	-100,00%
Total	**1.008**	**2.054**	**-50,95%**	**5.462**	**5.683**	**-3,89%**

32.PROVISÃO P/ IMPOSTO DE RENDA E CSSL

IMPOSTOS DIFERIDOS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras, conforme previsto no Pronunciamento IBRACON NPC 25 e NBC TG 32 (R4).
No 3º trimestre de 2022, foram reconhecidas as provisões dos impostos diferidos CSLL e IRPJ no valor de R$ 17.944 (mil**), não houve** modificações para o 4º trim/2022.

PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA E CSLL	4º trim 2022	4º trim 2021	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Dez 2022	Acumulado Jan a Dez 2021	VARIAÇÃO
Impostos Diferidos	17.944	0	100,00%	17.944	0	100,00%
Total	**17.944**	**0**	**100,00%**	**17.944**	**0**	**100,00%**

33.COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais perdas.

34.REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução CGPAR/ME Nº 30, de 04 de agosto de 2022, seguem as remunerações mensais (Base: dezembro/2022), pagas pela empresa aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios, efetivamente percebidos, abaixo demonstradas:

REMUNERAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
CONSELHEIROS		
Remuneração Média	3	3
DIRETORES		
Maior Remuneração	43	25
Remuneração Média	34	24
Menor Remuneração	25	23
EMPREGADOS		
Quantidade de Empregados	**112**	
Maior Remuneração	25	19
Remuneração Média	14	8
Menor Remuneração	3	2
EMPREGADOS -BENEFÍCIOS		
Valor médio global	44	48

35.PARTES RELACIONADAS

A CDC possui política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Referida política busca definir regras, no sentido de assegurar que, as decisões que envolvam partes relacionadas, bem como as situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações, sempre priorizando os interesses da companhia,

independente da contratante no negócio, aplicando condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesse da companhia, observando as condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias.
Conforme CPC 05, transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Seguem as partes relacionadas com a CDC:

a) PETROBRAS – É cliente da CDC. Apesar de possuir o controle acionário comum (União), não possui privilégios em relação aos demais clientes, por ser parte relacionada, sendo respeitadas as condições de mercado, especialmente, no que diz respeito a preços, prazos e a transparência.

Demonstração dos valores faturados para a PETROBRAS, no 4º trimestre de 2022, em milhares de reais.

	31/12/2022
FATURAMENTO **(Vide Nota 27)**	18.657
FATURAMENTO PETROBRAS	4.745
PARTIC. DA PETROBRAS NO FATURAMENTO DA CDC	25,43%

b) OGMO – É cliente da CDC, bem como também, fornece prestação de serviços à CDC, por meio de um contrato abrangente de valor, com características de *stakeholder* (grupo de interesse).

Demonstração dos valores faturados para o OGMO, no 4º trimestre de 2022, em milhares de reais.

	31/12/2022
FATURAMENTO **(Vide Nota 27)**	18.657
FATURAMENTO OGMO	17
PARTIC. DO OGMO NO FATURAMENTO DA CDC	0,09%

Demonstração dos valores de serviços prestados pelo OGMO, no 4º trimestre de 2022, em milhares de reais.

	31/12/2022
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA **(Vide Nota 28)**	2.993
SERVIÇOS PRESTADOS OGMO	748
PARTIC. DO OGMO	24,99%

c)Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela viabilização das publicações legais da CDC, visando atender ao art. 37 caput da CF/1988, aos artigos 146 § 1º e artigo 289 da lei 6.404/76, bem como ao artigo 9º § 3º do Decreto 6.555/2008, tendo em vista a necessidade de publicação das atas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, em jornais de grande circulação.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela EBC, no 4º trimestre de 2022, em milhares de reais.

	31/12/2022
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA **(Vide Nota 29)**	2.930
SERVIÇOS PRESTADOS PELA EBC	0
PARTIC. DA EBC	0,00%

a) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – É uma empresa pública de capital fechado, que, possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela realização de serviços postais da CDC. Conforme Estatuto Social, a ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.[2]

Demonstração dos valores de serviços prestados pela ECT, no 4º trimestre de 2022, em milhares de reais.

[2] Estatuto Social dos Correios. Disponível em: https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-dos-correios.Acesso em: 21 out. 2021.

	31/12/2022
DESPESAS GERAIS **(Vide Nota 29)**	2.930
SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECT	1
PARTIC. DA ECT	0,02%

b) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta e atua no modal aquaviário. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério da Infraestrutura - Minfra. É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida como Lei das Agências Reguladoras. Tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. Abrange os subsetores portuário, de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.[3]

Demonstração dos valores faturados para a ANTAQ, no 4º trimestre de 2022, em milhares de reais.

	31/12/2022
FATURAMENTO **(Vide Nota 27)**	18.657
FATURAMENTO ANTAQ	4
PARTIC. DA ANTAQ NO FATURAMENTO DA CDC	0,02%

c) A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) é uma autarquia sob regime especial,

[3] Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Competências.** Brasília, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 21 out. 2021.

criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. Tendo como finalidade institucional, a promoção da proteção da saúde da população, por intermédio de controle sanitário da produção e do consumo de produtos e de serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos, bem como das tecnologias a eles relacionados, além de controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. marítima e de apoio e de navegação interior.[4]

Demonstração dos valores faturados para a ANVISA, no 4º Trimestre de 2022, em milhares de reais.

	31/12/2022
FATURAMENTO **(Vide Nota 27)**	18.657
FATURAMENTO ANVISA	18
PARTIC. DA ANVISA NO FATURAMENTO DA CDC	0,10%

ANTONIO ERINALDO FREIRE MALVEIRA:38610566315
Assinado de forma digital por ANTONIO ERINALDO FREIRE MALVEIRA:38610566315
Dados: 2023.03.14 14:38:15 -03'00'

Antônio Erinaldo Freire Malveira
Contador
CRC CE-014871/O-2
CPF: 386.105.663-15

[4] Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Institucional.** Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional. Acesso em: 09 fev. 2022.